

Saúde e democracia: o discurso do controle de natalidade e a “participação” das mulheres na revista *Saúde em Debate* (1976-1979)

Health and democracy: the discourse of birth control and the “participation” of women in the journal Saúde em Debate (1976–1979)

Amanda Silva Leão,¹ UFG

Resumo

Este trabalho tem como intuito abordar a questão do controle de natalidade no Brasil durante os anos de 1976 a 1979 partindo dos discursos médicos e políticos publicados na revista *Saúde em Debate*, periódico do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES). O texto está costurado a partir dos seguintes questionamentos: qual era o entendimento dos cebianos sobre controle de natalidade? Como se faz a relação entre densidade demográfica e controle de natalidade? O controle de natalidade pode ser visto como sinônimo de saúde da mulher para os cebianos? E, por fim, como o discurso de controle de natalidade era usado como ferramenta de controle dos corpos das mulheres? Diante disso busco compreender como os discursos sobre controle de natalidade na revista *Saúde em Debate* podem ajudar a compreender a história dos programas controlistas no Brasil.

Palavra-chave: Controle de natalidade; Mulheres; Cidadania.

Abstract

This article examines birth control policies in Brazil between 1976 and 1979 through the medical and political discourses published in the journal *Saúde em Debate*, produced by the Brazilian Center for Health Studies (CEBES). The discussion is guided by questions such as: How did CEBES conceptualize birth control? In what ways were demographic density and fertility regulation associated? To what extent was birth control framed as a matter of women's health within the journal? Finally, how did these discourses operate as mechanisms for the control of women's bodies? By analyzing these debates, the study seeks to understand how the narratives on birth control in *Saúde em Debate* contribute to the historical comprehension of population-control programs in Brazil.

Keywords: Birth control; Women; Citizenship.

Introdução

Este trabalho tem como intuito abordar, mesmo que brevemente, a questão do controle de natalidade no Brasil durante os anos de 1976 a 1978, partindo dos discursos médicos e políticos publicados na revista *Saúde em Debate*, periódico do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES). Criado em 1976, o CEBES, foi pensado como um espaço de diálogo não somente entre aqueles que se preocupavam com a questão da saúde brasileira, mas também

¹ Graduada em História pela Universidade Federal de Jataí, mestranda no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Goiás. amandaleao18@discente.ufg.br.

como forma de legitimar através da criação de uma entidade, o campo intelectual sobre a medicina social que expandia principalmente nos departamentos de medicina preventiva e social.

No entanto, sua história se inicia em 1975, quando David Capistrano da Costa Filho² (1948-2000) foi apresentado a revista alemã “Reforma Médica”, por Kurt Kloetzel professor da Faculdade de Medicina de Jundiaí, que pensou na necessidade de divulgar o pensamento social em saúde com a criação de uma revista, nascia, então, a *Saúde em Debate* (Bastos de Paula *et al.*, 2009).

Em seu percurso para se tornar sanitarista, David Capistrano saiu do Rio de Janeiro para São Paulo em 1974, em busca de formação com Sérgio Arouca, que naquele momento era professor de Medicina Preventiva e Social na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Campinas e coordenador de um Projeto docente-assistencial no município de Paulínia (Bastos de Paula *et al.*, 2009).

Indo a contragosto aos interesses e agendas sanitárias internacionais para o Brasil, em 1974, tem a criação da primeira turma de residência em medicina preventiva e social da Unicamp, que contava com um importante corpo docente para se tratar da crítica intelectual ao modelo de medicina em curso no país, dentre estes se encontravam, Sérgio Arouca (1941-2003), Ana Maria Tambellini Arouca, Ana Maria Canesqui (2025), Everardo Duarte Nunes Francisco, entre outros (Silveira, 2022).

É na primeira turma de residência em medicina preventiva e social da Unicamp que três dos fundadores da revista se encontraram, David Capistrano (1948-2000), José Ruben Bonfim e José Augusto Cabral de Barros, que posteriormente seriam parte da comissão editorial da *Saúde em Debate* (Silveira, 2022).

Sobre José Ruben Bonfim e José Augusto Cabral, Daniela Sophia em sua tese de doutoramento, *O CEBES e o Movimento da Reforma Sanitária: História, Política e Saúde Pública (Rio de Janeiro, 1980-1980)*, afirma que esses dois personagens se encontram em Recife, em 1968, antes mesmo de se tornarem estudantes de medicina, em manifestação em prol da ampliação das vagas nos cursos superiores da Universidade Federal de Pernambuco, principalmente no curso de medicina, junto a eles protestavam integrantes de grupos de esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

² David Capistrano Filho, foi um médico sanitarista e político brasileiro, membro fundador e idealizador da revista *Saúde em Debate* e do CEBES, foi aluno de Arouca e posteriormente de Donnangelo, tendo grande destaque no Movimento da Reforma Sanitária. (Bastos de Paula *et al.*, 2009).

José Ruben Bonfim, era membro da base da Ação Popular³, e em 1973, já residente do na época Hospital Pedro II, sofreu perseguição devido a sua atuação política como militante, e após uma tentativa de sequestro impetrada pelo Departamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), seguindo as orientações de um amigo médico se escondeu em um convento de freiras como caseiro, ali Bonfim se preparava para entrar na residência médica em medicina preventiva, integrando a turma em 1974 (Sophia, 2012).

Paralelamente, David Capistrano (1948-2000), médico formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e militante do PCB, também é aprovado no programa de residência e passa, junto a José Ruben, a integrar o curso de residência médica no Hospital da Unicamp em Campinas (Sophia, 2012).

Ao pensarmos a história do centro de estudos não há como dissociá-la da construção do movimento da reforma sanitária, crítico ao sistema de saúde vigente no país, e às concepções de saúde adotadas pelo Estado de cunho extremamente mercantilizante. O movimento, teve suas raízes concebidas no seio dos Departamentos de Medicina Preventiva, onde florescem grande parte das críticas à própria medicina preventiva, à formação e prática médica e ao conceito de saúde vigente na área.

Dentro os nomes que forjaram importantes críticas a saúde e medicina brasileira tem-se Sérgio Arouca⁴ (1941-2003), grande nome não só dentro do movimento da Reforma Sanitária como também no cenário político, seus estudos junto a de nomes como Maria Cecília Donnangelo⁵ (1940-1983), David Capistrano Filho (1948-2000), entre outros, contribuíram intrinsecamente para a reformulação do conceito de saúde, que guiou grande parte da reforma sanitária.

Esses intelectuais partiam da ideia de saúde de forma integral, se afastando da dicotomia saúde/doença, entendiam que a constituição do conceito se dava de forma mais ampla, onde a relação entre saúde, sociedade, política, economia e cultura passavam a ser indissociáveis umas das outras. Sérgio Arouca, por exemplo, foi referenciado no interessante

³ A Ação Popular foi uma organização política de esquerda vinculada a Juventude Universitária Cristã, que atuou como parte da resistência a repressão e censura durante o período da ditadura militar.

⁴ Sérgio Arouca foi um médico sanitarista, professor e político brasileiro, precursor do pensamento crítico a medicina preventivista, atuante no CEBES e na implementação da Reforma Sanitária Brasileira, para além da atuação política, sua atividade acadêmica foi fundamental para a formação do campo da medicina social, sendo sua tese de doutorado, *O Dilema Preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva*, um marco para o campo (Sophia, 2019).

⁵ Maria Cecília Ferro Donnangelo assim como Arouca, foi pioneira do pensamento social em saúde no Brasil, a pedagoga foi professora no Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de São Paulo. Sua obra *Saúde e Sociedade* foi responsável por inaugurar o pensamento social em saúde. (Lima, 2024).

livro *Médicos Interpretes do Brasil*, organizados por Gilberto Hochman e Nísia Trindade Lima, em um capítulo onde se discute a relação entre saúde e democracia (Escorel, 2015).

Donnangelo por exemplo, em sua tese de livre docência a, “*Medicina e Estrutura Social (O Campo de Emergência da Medicina Comunitária)*”, afirma que a medicina dialoga intimamente com a sociedade em que é desenvolvida, atendendo às suas especificidades e necessidades, sendo um produto de seu tempo e espaço. A autora entende que o objeto da prática médica está imerso em relações sociais, econômicas de produção, políticas e ideológicas. Sendo assim, a prática médica precisa se colocar para além da técnica para cumprir sua função de manutenção desse corpo não somente biológico, mas também social. Partindo dessas características do corpo, novas possibilidades de objetos são inseridas no universo da prática médica (Donnangelo, 1979).

Essas contribuições de Donnangelo e Arouca com sua crítica à medicina preventiva, e atribuição da prática médica sendo simultânea à prática política, foram uma das bases do pensamento que circulava na revista *Saúde em Debate* e entre grande parte, se não a totalidade, de membros do CEBES. Os cebianos, dessa forma, com seu periódico, traçaram epistemologicamente e politicamente, abrindo o debate dentro da revista, as bases da reforma na saúde pública brasileira, partindo daí discussões sobre o entendimento da saúde com um direito delegado a todos os cidadãos brasileiros e não somente aqueles com vínculo empregatício formal.

Ao defenderem que a saúde é um direito de todos os cidadãos, se reestrutura também a concepção de ser cidadão, até então compreendida pelo Estado. Nesse sentido, a cidadania brasileira, não poderia mais ser legitimada apenas pelo vínculo formal com o trabalho, e sim um direito de todos. Talvez essa seja uma das marcas mais importantes da luta inicial do centro de estudos.

Não obstante, José Murilo de Carvalho, no livro *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, afirma que a cidade é a soma dos direitos civis, políticos e sociais, nessa ordem (tal qual foi pensada na Inglaterra); no entanto, no Brasil, a ordem foi invertida, os direitos sociais são dados, sem a formação de um povo ciente dos seus direitos civis e políticos, que consiste apenas no direito ao voto, sem maior comprometimento com as necessidades da população. compreende que a cidadania brasileira se forja através de processos sociais, onde o povo aprende a exercer e construir sentidos para sua própria cidadania (Carvalho, 2008).

Para Carvalho (2008), foram poucos os momentos de participação popular nas conquistas e definições de direitos e cidadania no Brasil, sendo um deles durante o processo

de redemocratização do país, onde movimentos sociais, organizações e pessoas individuais participaram de forma espontânea na luta pela retomada de direitos sociais, políticos e civis perdidos durante a ditadura militar.

Sendo assim, a revista nasce em um dos períodos mais duros da ditadura militar, quase que limitada ao meio acadêmico, tendo como objetivo principal durante sua primeira fase, ser um espaço plural e democrático de debate para as críticas que estavam sendo formuladas em relação ao modelo médico vigente no país. Isso posto, iremos nos ater aqui a primeira fase da revista nos anos de 1976 à 1979, fortemente acadêmica, porém, ainda sim com forte caráter político, visto as próprias formulações teóricas e conceituais sobre a medicina e a saúde, publicadas no periódico.

Em sua primeira fase a noção de saúde como direito é a maior bandeira do CEBES, a medicina como ferramenta de transformação social passa a ser a base intelectual e política da reforma sanitária, e a saúde meritocrática e paternalista forjada na Era Vargas, perdia espaço naquele contexto (Silveira, 2024).

A ideia de direito atrelado a poder e recurso parte de Corrêa e Petchesky, que identificam essa relação nos direitos sexuais e reprodutivos, porém, essa lógica pode se fazer possível na relação saúde/direito, principalmente partindo de análises dos discursos presentes na revista, assim as autoras compreendem poder e recurso da seguinte maneira: “O poder estaria atrelado à capacidade de tomar decisões a partir de informações seguras sobre o processo reprodutivo e a sexualidade, e os recursos como tudo aquilo que é necessário para a concretização destas decisões.”

Assim, quando o CEBES aponta para a construção de uma cultura de saúde, não estaria através da aproximação com diferentes grupos demarcados por diferentes marcadores sociais desenvolvendo condições, ou bases, para a criação de uma consciência sanitária para que assim sejam capazes de tomar decisões, não só em saúde, mas também em relação às concepções de direito e cidadania?

Para os cebianos a luta por democracia e conseqüentemente por direitos, se faz essencialmente partindo da participação popular, mas não somente a partir de uma conscientização artificial, mas sim da construção coletiva de uma consciência sobre a relação entre a realidade sanitária e a conjuntura social, política e econômica do país. Para os cebianos o direito à saúde seria garantido a partir de mudanças estruturais, como veremos mais à frente em relação ao controle de natalidade.

Partindo dessas bases conceituais o centro de estudos em seu periódico aborda diversos temas, que quando analisados com atenção estão interligados e sempre geridos pela ideia principal da saúde como direito e de forma integral, visto que seu objeto biológico, é atravessado constantemente por questões sociais, econômicas, políticas, de raça, gênero e sexualidade. Dentre os temas abordados na revista daremos destaque ao controle de natalidade e aqueles temas e assuntos que estão interligados a essa temática central a qual se dedica esse trabalho.

Diante disso proponho a analisar os discursos de controle de natalidade na revista Saúde em Debate nos anos de 1976 a 1979, partindo de questionamentos como: Como se faz a relação entre densidade demográfica e controle de natalidade? O controle de natalidade pode ser visto como sinônimo de saúde da mulher para os cebianos? E por fim como o discurso de controle de natalidade era usado como ferramenta de controle dos corpos das mulheres?

Tais perguntas surgiram a partir de estudos anteriores e a construção de maior intimidade com a fonte, durante meu percurso acadêmico desenvolvi pesquisas pensando o CEBES e sua relação com o Movimento da Reforma Sanitária, analisando seus discursos em relação a mercantilização da saúde e as crises tanto previdenciárias quanto de saúde pública, e uma produção monográfica onde analisei a relação entre prática médica e prática política sob a ótica cebiana (Leão, 2024).

Diante desses estudos e o aprofundamento da fonte um incômodo começou a se fazer presente, era evidente uma preocupação dos cebianos com a prática médica e sua transformação, com a educação médica, com a reformulação e estabelecimento do conceito de saúde e práxis política e principalmente com a mercantilização da saúde brasileira, porém algo que se destacou foi a ausência, a ausência de uma preocupação voltada para a saúde da mulher.

Visto isso, uma temática se sobressaiu como possível atenção dada para a saúde da mulher, o controle de natalidade, onde foi possível perceber dois pontos principais, por um lado, a interferência do discurso neomalthusiano no Brasil, o que vai ser considerado pelos cebianos como uma narrativa artificial de densidade demográfica no Brasil, com intenções de boicote ao desenvolvimento econômico social e político do país.

Por outro lado, pode se perceber como a narrativa do controle de natalidade defendida pelo Estado, atuava também como controle dos corpos femininos, através da manipulação de informações, principalmente quando destinadas a mulheres das camadas mais pobres da sociedade, em sua grande maioria analfabetas, interferindo na sua capacidade de decisão

sobre concepção, impedindo que estas exerçam seus direitos, negando assim sua própria cidadania.

Controle de natalidade na *Saúde em Debate*

Antes de pensarmos no controle de natalidade na revista de fato, é importante entender, mesmo que brevemente, sobre como eram tratadas as políticas voltadas para o tema, dentro do contexto de saúde da ditadura militar.

Durante o período aqui estudado é possível perceber a partir da *Saúde em Debate* o aumento de atenção sendo voltada para o problema de densidade demográfica e controle de natalidade no Brasil, o próprio espaço ocupado pela temática no periódico se transforma no decorrer dos anos e das publicações.

Assim, a organização material da revista em relação ao tema, nos permite observar que o debate que deságua no controle de natalidade possivelmente tomava mais fôlego fora do centro de estudos também, sendo possível perceber isso nos discursos das publicações.

Pitanguy (1999) afirma que o posicionamento do Estado diante o controle de natalidade tendia ao natalismo, porém não se preocupava em interferir nos grupos, em sua maioria, internacionais que atuavam no país:

Durante os anos 60 e início dos 70, a posição oficial do Brasil tendia ao natalismo. Influenciado pela Igreja Católica, amparado nas elevadas taxas de crescimento do PIB verificadas durante o 'milagre econômico', e em preocupações militares geopolíticas de ocupação territorial, o governo descartava as posições neomalthusianas prevalentes em países do hemisfério norte, ao mesmo tempo em que fazia "vista grossa" às entidades de planejamento familiar que operavam no País. De fato, já desde meados dos anos 60 essas organizações vinham atuando no Brasil para controlar o crescimento populacional. A medida que o modelo econômico demonstrava sinais de enfraquecimento, diminuía o apoio governamental a posições pró-natalistas, ao mesmo tempo em que as entidades privadas ampliavam seus programas, multiplicados com o auxílio de convênios municipais e estaduais (Pitanguy, 1999, p. 27).

O trecho acima abre interpretação para uma possível tendência por parte do Estado ao discurso neomalthusiano⁶, mesmo que o negando durante períodos de desenvolvimento econômico, sua inércia em relação às atividades de planejamento familiar aplicada por certas entidades, demonstra a contradição em relação a sua posição, assim quando o Estado começa

⁶ O neomalthusianismo é uma adaptação da teoria malthusiana, surge no século XX, ganhando força após a Segunda Guerra Mundial com o crescimento populacional de países subdesenvolvidos. Baseada na teoria de Thomas Malthus onde o crescimento populacional não acompanha a produção de alimentos gerando desigualdades e subdesenvolvimento, o neomalthusianismo defende que quanto maior o crescimento populacional, maior é também a pressão sobre os recursos naturais gerando subdesenvolvimento.

a mudar seu posicionamento pró-natalista para antinatalista acaba abraçando a cartilha do neomalthusianismo, que defende a ideia de: quanto maior é uma população, menor é seu desenvolvimento econômico.

Porém, grupos da sociedade civil, como movimentos feministas e o movimento da reforma sanitária, demonstravam posicionamentos e interpretações sobre o controle de natalidades opostos ao Estado. As feministas, por exemplo, fizeram contribuições importantíssimas para o campo da saúde da mulher, ao trazerem para o debate a noção de direitos reprodutivos como direitos sociais.

De acordo com Maria Betânia Ávila (2003), em “Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde”, ao elaborarem a noção de direitos reprodutivos, os movimentos feministas estariam construindo também bases para um novo modelo de sociedade, necessitando assim de reformas sociais, incluindo assim as mulheres no campo da cidadania e democracia.

Assim, quando os movimentos de mulheres defendem os direitos reprodutivos demonstra contrariedade aos ideais neomalthusianos, e oposição ao Estado, pois atribui às mulheres o direito à reprodução, controle de seu corpo e o poder de decidir como guiar sua vida reprodutiva, sendo responsável o Estado pela criação de condições que permitam que tais direitos sejam exercidos de forma plena.

Indicando que o desenvolvimento econômico de um país depende da condição dos indivíduos de acessar seus direitos sociais, o que acontece com a transformação estrutural da sociedade, assim o Estado quando garante e executa os direitos sociais de seu povo, garante também seu desenvolvimento econômico.

É em meio a esse campo discursivo que o pensamento dos cebianos se estrutura, posicionados contrariamente à noção neomalthusiana, adotada gradativamente pelo Estado, se aproximam muito aos ideais dos movimentos das mulheres, quando pensam o controle de natalidade na *Saúde em Debate*, porém apesar da expressiva aproximação discursiva a presença de mulheres dialogando sobre a temática no periódico ainda sim é reduzida como veremos abaixo na tabela 1.

Para melhor ilustrar a presença da temática na *Saúde em Debate*, foi produzida uma tabela baseada no levantamento da fonte, apontado a frequência e como o controle de natalidade aparece na revista, seja como artigo, informe, acontecimentos ou depoimentos.

Tabela 1 – Controle de natalidade na *Saúde em Debate* 1976 à 1978

Nº da Edição/ano	Autor	Sessão	Título
1º Edição 1976	CEBES	Informes	Controle de natalidade e medicina comunitária: temas do VIII ECEM
4º Edição 1977	CEBES	Acontecimentos	Controle da natalidade em discussão
5º Edição 1977	F. Pompêo do Amaral	Artigo	Explosão demográfica
5º Edição 1977	Ana Cecília L. Sucupira, Maria Mercês dos Santos e Nelson Bedin	Artigo	Natalidade: Planejamento. Prevenção? Controle!
6º Edição 1978	Mario Victor de Assis Pacheco	Artigo	“Planejando a família com João e Maria”

Fonte: produção de autoria.

Na tabela número 1 é possível perceber o nível de atenção dada pelos cebianos ao controle de natalidade, a temática tem sua primeira incidência na revista na edição de número um em 1976, aparecendo como informe, porém demonstrando que o controle de natalidade já vinha sendo debatido, pois aparece como tema do Encontro Científico de Estudantes de Medicina do Brasil.

O segundo momento em que o controle de natalidade se encontra na *Saúde em Debate*, é em sua quarta edição na sessão de acontecimentos ao final da revista, a nota que recebe como título “Controle de Natalidade em Discussão”, relatava os debates que ocorreram na mesa redonda patrocinada pelo CEBES Rio em conjunto com o Centro da Mulher Brasileira, nesta participaram os médicos Gerson Rodrigues do Lago, e Mário Victor de Assis Pacheco respectivamente presidente e secretário geral da Associação Médica do Estado do Rio de Janeiro (AMERJ), o demógrafo Ricardo Tavares da Universidade do Rio de Janeiro e a socióloga Moema Toscano, do Centro da Mulher Brasileira.

Brevemente o controle de natalidade ganha contornos mais específicos na nota, principalmente quando o controle de natalidade é vinculado ao desenvolvimento econômico e

ao lugar que a mulher alvo do controle ocupa dentro da discussão ao mesmo tempo que é possível perceber também um certo apagamento da mulher quando se trata de controle em relação ao seu corpo.

Ao mesmo tempo que na mesa redonda Moema Toscano que representava o Centro da Mulher Brasileira afirmava ser “ inadmissível que ainda hoje se trate a mulher como simples objeto, cujo corpo é exposto a experiências e cujas decisões ficam submetidas a teorias de economistas, sociólogos, futurólogos e outros, inclusive médicos” (1976, p. 84), sinalizando a uma noção, talvez ainda não bem definida, de direitos reprodutivos, se tem Mário Victor de Assis Pacheco demonstrando sua posição de certa forma conservadora em relação ao aborto, quando trata a questão do DIU.

Pacheco também aborda sobre a elevação da densidade demográfica estar vinculada a fome e pobreza:

[...] a superpopulação não causa a fome, mas esta é que causa os excessos de nascimentos; as taxas de natalidade no Brasil caíram de mais de 42 por mil habitantes em 1880 para 37 por mil em 1970; crescemos porque as taxas de mortalidade caíram muito mais, de 30 por mil habitantes em 1870 para 9,4 por mil em 1970; o aumento da população brasileira nas taxas atuais, longe de entrar o desenvolvimento é fator de promoção do desenvolvimento econômico e mais se acentuar na medida em que haja melhor e mais justa repartição das riquezas [...] (Cebes, 1976, p. 84).

Pacheco aponta para dados que demonstram ser infundada a noção de que o aumento nos números que indicam crescimento populacional brasileiro esteja relacionado aos índices de fome e pobre do país, que seja essa a causa de impedimento do desenvolvimento social e econômico do país, visto que os níveis de mortalidade caíram demonstrando promoção de desenvolvimento econômico.

A opção feita pelo centro de estudos tanto de proporcionar a mesa redonda em diálogo com o Centro da Mulher Brasileira e publicação de nota demonstrando as perspectivas discutidas na mesa, demonstra o forte caráter opositor dos cebianos em relação ao controle de natalidade e as noções de densidade demográfica que levam a tal.

Assim, tal ação do Centro Brasileiro de Estudo de Saúde também cumpre de certa forma com o papel que este mesmo designou para si, o de espaço aglutinador e de construção de cultura da saúde, ao expor o debate para fora da revista e do meio do centro de estudos, proporcionava a divulgação de informações em relação ao tema e possibilitava a ampliação da discussão construindo condições para o exercício da cidadania.

Dado o tom e a linha ideológica a qual seria traçado o debate voltado para o controle de natalidade a partir da quinta edição como pode ser observado na tabela 1, passa a ocupar espaços de maior visibilidade, saindo dos informes e acontecimentos, onde o assunto era tratado através de breves notas, agora tem a discussão pautada dentro do periódico através de artigos e depoimentos que denunciavam os interesses mercadológicos do discurso do controle de natalidade.

F. Pompêo do Amaral membro correspondente da Academia Nacional de Medicina publica uma comunicação que havia sido enviada para a academia, na quinta edição da *Saúde em Debate* abordando a questão da densidade demográfica afirmando sobre a teoria de Malthus, em “Explosão Demográfica: a impostura e suas implicações”, faz uma relação entre as incongruências da aplicação da teoria neomalthusiana na formulação de políticas e programas voltados para o controle da explosão demográfica.

Partindo de uma perspectiva marxista onde há a necessidade de um excedente de força trabalhadora para que este seja absorvido pelo capitalismo quando houver necessidade, entende que a preocupação dos países desenvolvidos em controlar o crescimento populacional em países tidos como de terceiro mundo, não parte de uma preocupação genuína como o combate à fome e a pobreza, mas sim era uma forma de provocar o boicote ao desenvolvimento desses países.

Não será a campanha que se realiza no momento com o fito de limitar a natalidade nos países subdesenvolvidos, tendente a obstar-lhes a possibilidade de se industrializarem? Marx lembra que “a existência de uma superpopulação operária é consequência necessária da acumulação e do incremento da riqueza dentro do regime capitalista” e que “esta superpopulação se converte, por sua vez, em alavanca da acumulação do capital e, mais ainda, em uma das condições de vida do regime capitalista de produção, constitui exército industrial de reserva, contingente disponível, que pertence ao capital de modo tão absoluto como se criasse e mantivesse às suas expensas. Propicia-lhe o material humano sempre disposto a ser explorado, à medida que o reclamem suas necessidades variáveis de exploração” (Amaral, 1977, p. 38).

O questionamento presente no trecho acima, indica que o problema vinculado à explosão demográfica pode ser entendido pelos cebianos como a construção de uma narrativa, a qual a solução era o controle de natalidade, controle esse que seria imposto aos corpos de mulheres em idade reprodutiva.

Em relação ao controle, ainda na quinta edição da *saúde em Debate* o artigo “Natalidade: planejamento, prevenção? Controle!” Ana Cecília L. Sucupira, Maria Mercês dos Santos e Nelson Bedin, membros da comissão científica - CEBES - SP fazem uma análise

crítica a prevenção da gravidez de Alto Risco, chamado atenção para o caráter controlista da ação, que visa um grupo específico da sociedade, as mulheres pobres, e demonstra uma ligeira mudança no discurso oficial sobre a questão do controle de natalidade. As autoras perseguiram o percurso do discurso oficial demonstrando que o Estado tem modificado seu discurso, entrando em acordo com a narrativa pautada em interesses externos sobre a relação desenvolvimento econômico/explosão demográfica, expondo o discurso oficial de 1976 a 1977, ano de publicação da edição, quando o Estado tenta implantar o programa de controle de gravidez de alto risco.

Em abril de 1976, matéria no “Jornal da Tarde” citava a posição do representante na “Reunião Internacional da população” em Bucareste, manifestando-se contra o controle da natalidade, por achar que defendê-la seria reconhecer que “o dinamismo da economia brasileira não seria suficiente para gerar empregos à população que ingressava na idade produtiva” (Sucupira *et al.*, 1977, p. 59).

No trecho acima é possível perceber que no ano de 1976 o Estado tomava para si a responsabilidade de alimentar o dinamismo da economia brasileira, sendo esse discurso consonante com a compreensão do centro de estudos em relação ao controle de natalidade. Até esse momento o Estado em discurso oficial entendia que o desenvolvimento econômico dependia de estrutura e não controle de natalidade.

Porém, as autoras apontam que em 1977, o governo lança o programa de prevenção a gravidez de alto risco de cunho ideológico antinatalista porém voltado para o grupo de mulheres pobres como pode ser visto no discurso destacado pelas autoras:

Nossa preocupação é exatamente o oposto da limitação ou do controle de natalidade mas a salvação das matrizes, das mães. Os altos índices de mortalidade de parturientes não preparadas para ser mães, por deficiências, de saúde, é que nos levaram a essa decisão. As pílulas serão distribuídas para mulheres comprovadamente doentes e que, se tiverem filhos nessas condições, arriscar-se-ão a morrer no parto ou a ter filhos sem condições de vida normal, em termos de saúde. Tratadas e curadas, essas mulheres estarão aptas para a maternidade, e não mais receberão anti-concepcionais do governo (Sucupira; 1977, p. 62).

Nesse discurso oficial proferido pelo até então ministro da saúde Almeida Machado é possível perceber uma espécie de manipulação da narrativa sobre o controle de natalidade, visto os efeitos colaterais do uso contínuo da pílula, não faria sentido prescreve-la para mulheres que apresentam problemas prévios como a hipertensão.

As autoras apontam que a designação da pílula a mulheres hipertensas, por exemplo, poderia agravar seu quadro, visto a contraindicação do uso da pílula para mulheres que sofrem desta enfermidade, sendo assim em relação a outros problemas de saúde.

Assim, os discursos do ministro se mostram incoerentes, demonstrando que a verdadeira intenção do Estado é o controle de natalidade, mas controle esse direcionado a um grupo de mulheres específicas, aquelas inseridas em um contexto de pobreza, sendo estas a maioria de usuárias do sistema de saúde público.

Para além disso, as autoras dão continuidade a ideia anteriormente trabalhada de que o discurso anti-natalista tem como objetivo impedir o crescimento econômico do país:

Concordamos então com a posição do dr. João Yunes, assessor do Ministério da Saúde, segundo entrevista publicada pelo jornal “Movimento”, em 24 de maio de 1976: “Para o Brasil, com a extensão que tem, com os recursos que tem, uma diminuição da população pode significar um estrangulamento econômico. A população é o fator principal de desenvolvimento econômico. O importante é garantir o mercado interno, mas isso só se consegue através de uma melhor distribuição de renda (Sucupira, 1977, p. 62).

O trecho acima deixa claro o posicionamento defendido pelas autoras e pelo próprio centro de estudos, que vem seguindo uma linha de publicações que apontam para críticas ao controle de natalidade coercitivo empregado pelo Estado, que utilizando da narrativa desenvolvimento social/densidade demográfica, impede que certos grupos se reproduzam.

Paro o CEBES, o desenvolvimento econômico não aconteceria com base no controle de certas populações, como populações periféricas, pobres e racializadas, é importante perceber que mesmo não sendo diretamente mencionada a questão racial também está presente no posicionamento do centro de estudos, visto que grande parte das populações mãos abastadas eram compostas por pessoas racializadas.

Sobre o debate racial e as políticas controlistas, Damasco, Maio e Monteiro no artigo “Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993)”, afirmam que feministas negras denunciavam práticas neomalthusianas de controle, era entendido que essas eram práticas racistas, já que tinha como alvo de esterilizações mulheres negras e pobres

Por fim, encerrando os discursos sobre controle de natalidade presentes na primeira fase da revista temos a publicação de Mário Victor de Assis Pacheco, na sexta edição da *Saúde em Debate*, intitulada de “Planejando a Família em João e Maria”, onde expõe as atividades da Benfam no país.

O autor aponta para “mais uma torpeza da Benfam” (1978, p. 42):

Em sua constante e pernicioso propaganda junto às brasileiras analfabetas procurando induzi-las ao controle de natalidade como o uso das pílulas anticoncepcionais, a Benfam passou a distribuir largamente um folheto em cores intitulado “Planejando a Família com João e Maria (Pacheco, 1978, p. 42).

Neste trecho inicial da publicação, mantém o discurso da existência de uma manipulação da narrativa para uma incompreensão sobre a questão do controle de natalidade para a população, aqui o dito planejamento familiar nada mais é do que um discurso natalista forjado em outras construções semânticas.

O folheto tinha maior incidência de distribuição em estados mais pobres, como Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas e Paraíba, onde a Benfam mantinha convênios com as Secretarias de Saúde, para que as pílulas anticoncepcionais fossem distribuídas.

O folheto apresentava três advertências sobre o uso do anticoncepcional:

[...] se perder um pouco de sangue enquanto estiver tomando as pílulas não pare. Continue a tomar as pílulas até terminar a caixa”, “nos três primeiros meses em que a mulher começa a toma as pílulas pode sentir náuseas, enjoo, aumento ou perda de peso; isto geralmente desaparece com o uso da pílula.” e por fim “as vezes pode acontecer que a regra não desça. Neste caso tomar a última pílula deve-se recomeçar uma nova caixa, mesmo sem a regra ter descido [...] (Pacheco, 1978, p. 43/44).

As advertências do panfleto demonstram novamente o caráter racista e controlista das ações de “planejamento familiar” seguidas pela Benfam, como apoio do governo, visto que estas eram encaminhadas para secretarias de saúde dos estados apontados acima, sem que se tenha uma maior preocupação por parte da Benfam e dos governos dos estados, em proporcionar um acompanhamento médico para as mulheres que consumiram as pílulas.

Desta forma o médico afirma em sua publicação:

Maria, jogue suas pílulas, mas faça isso agora, já, imediatamente e avise suas amigas para também não aceitem essa droga dada a vocês, por quem quer que seja e sob qualquer pretexto. Use outros métodos se você não deseja ter mais filhos. Lembre-se, Maria, que se os outros métodos falharem você terá um filho sadio, mas se a pílula fracassar você poderá ter um filho anormal. E lembre-se que ele não pediu para vir ao mundo deficiente, dependente, improdutivo, para viver da caridade alheia. João, junto com Maria reclame escolas, lute por melhor remuneração pelo trabalho de vocês e pela tão prometida e tão demorada justa distribuição das riquezas produzidas no Brasil (Pacheco, 1978, p. 44).

Partindo do trecho acima é possível perceber que o autor dá ênfase nos possíveis problemas que o uso contínuo da pílula pode acarretar e mesmo assim essas ainda são distribuídas por secretarias de saúde, que apoiavam o controle das camadas mais pobres da

sociedade, o discurso do médico pode levar a um entendimento além desse, que é o lugar que a mulher está ocupando dentro desses programas, que podem ser vistos como dispositivos de controle dos corpos femininos.

Considerações finais

Desta forma, partindo das análises feitas anteriormente é evidente que durante a primeira fase da revista *Saúde em Debate*, o discurso dos cebianos em relação ao controle de natalidade parte de suas percepções de saúde, direito e cidadania.

Para o centro de estudos não era de interesse da população brasileira políticas que abraçavam os interesses de regiões desenvolvidas com Estados Unidos e Europa, que utilizam e investem em políticas controlistas com objetivo de impedir o desenvolvimento econômico das regiões subdesenvolvidas.

Para o centro de estudos, o desenvolvimento econômico de uma região está intrinsecamente vinculado a transformações das estruturas sociais, que possibilita o acesso ao debate sobre medidas voltadas para a reprodução humana, capacitando assim a população a fazer escolhas livres sobre sua reprodução.

Porém se faz possível perceber que para os cebianos a questão do controle de natalidade também está extremamente vinculada a bandeira da soberania nacional brasileira, com forte participação do Estado como guia da construção de uma consciência de controle de natalidade na população.

Defende assim como os movimentos de mulheres, a necessidade de criação de condições para que fosse possível o acesso a direitos, como o direito de concepção, através de políticas públicas, onde as mulheres, mais especificamente, fossem inseridas nesse contexto.

Porém para o centro de estudos o interesse partia da defesa da soberania nacional e desenvolvimento econômico brasileiro, já os movimentos de mulheres, que debatiam amplamente o conceito de direito reprodutivo, defendiam sua implementação no âmbito da saúde, como defesa das mulheres, introduzindo-as no campo da cidadania.

Fontes

Revista Saúde em Debate, n. 1. Hucitec, 1976.

Revista Saúde em Debate, n. 4. Hucitec, 1977.

Revista Saúde em Debate, n. 5. Hucitec, 1977.

Revista Saúde em Debate, n. 6. Ed. Muro, 1978.

Referências

- AROUCA, S. **O dilema preventivista**: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003, p. 268.
- ÁVILA, Maria Betânia. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 465-469, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/q9MctdsGhp3QSKspjfPt5Rx/>. Acesso em: 12 jan. 2026.
- BASTOS DE PAULA, Sílvia Helena; BARROS DOS SANTOS, Rosa Maria; BONFIM, José Rubens de Alcântara; MORAES, Maria Lima Salum. **A criação de Saúde em Debate, revista do CEBES**: narrando a própria história. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 81, p. 148-155, jan./abr. 2009.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 11a ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: 2008.
- CORRÊA, Sônia; PETCHESKY, Rosalind. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1/2, p. 147-177, 1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373311996000100008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 13 jan. 2026.
- DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. **Feminismo negro**: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 123-140, 2012.
- DONNANGELO, Maria Cecília Ferro. **Saúde e sociedade**. 2. ed. São Paulo Duas Cidades, 1979.
- SCOREL, S. Sergio Arouca: Democracia e Reforma Sanitária. In: HOCHMAN, G.; LIMA, N. T. (org.). **Médicos intérpretes do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2015.
- LEÃO, Amanda Silva. **A Transformação da Prática Médica**: a medicina enquanto prática política na revista *Saúde em Debate*. Monografia. Jataí, 2024.
- LIMA, Rita de Cassia Gabrielli Souza. **Caderno de história da saúde coletiva**. Ponta Grossa: Atena, 2024.
- PITANGUY J. **O movimento nacional e internacional de saúde e direitos reprodutivos**. In: Giffin K, Costa SH, organizadoras. *Questões da saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 1999. p. 19-38.
- SILVEIRA, Alessandra Camargo da. **Os debates em saúde na década de 1970**: sentidos de direito à saúde e da reforma sanitária brasileira. 2022. 149 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2022.
- SOPHIA, Daniela. **O Cebes e o movimento da reforma sanitária**: história, política e saúde pública (Rio de Janeiro 1970-1980). Tese (Doutorado em História da Saúde Pública) - Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro. 2012.